

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.453.883 - GO  
(2019/0048377-5)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE : SEMEC - SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSTRUCOES**  
**LTDA**  
**ADVOGADO : LUIZ VITOR PEREIRA FILHO E OUTRO(S) - GO027701**  
**EMBARGADO : EDMILSON GOMES DO NASCIMENTO**  
**ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO NICEAS ROSA E OUTRO(S) - GO027094**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão por meio da qual neguei provimento ao agravo em recurso especial.

A parte embargante sustentou, em síntese, que a decisão proferida foi omissa e obscura. Ressaltou a necessidade de produção de prova pericial e, ainda, afirmou ter demonstrado a existência de divergência jurisprudencial.

A parte embargada, regularmente intimada, não apresentou impugnação, conforme certidão de fl. 750, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O recurso não prospera, pois os pontos alegados pela parte recorrente foram expressamente debatidos na decisão de fls. 714/721, e-STJ.

Quanto ao pedido de realização da prova pericial, consignei que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da necessidade, ou não, de dilação probatória, tendo em vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cuja reanálise é vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Com relação ao outro tópico, registrou-se, à fl. 718, que o dissídio jurisprudencial não fora devidamente demonstrado:

Além disso, cumpre registrar que não se conhece do recurso especial interposto pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal quando o dissídio jurisprudencial não for demonstrado na forma exigida pelos artigos 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, parágrafos 1º e 3º do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. A simples transcrição de ementas ou votos, sem a exposição, clara e precisa, das circunstâncias que identifiquem ou

# *Superior Tribunal de Justiça*

assemelhem os casos confrontados, não autoriza haver por atendida a suposta divergência. Tais circunstâncias prejudicam a compreensão da controvérsia e atraem o óbice contido no enunciado n. 284 da Súmula do STF.

Verifico, assim, que a parte embargante pretende, sob o pretexto de existência de omissão e obscuridade, o rejugamento da causa. Os embargos de declaração não se prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles servem para suprimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal

# *Superior Tribunal de Justiça*

de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016)

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora